



Acta Número Sete

Aos vinte e três do mês de Abril de dois mil e dezanove, na sede da Junta de Freguesia de Bidoeira de Cima, sita na Rua do Comércio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Bidoeira de Cima. Estiveram presentes os Senhores Deputados Pedro Campos, Luís Moreira, Nicole Garrido, Abel Vieira, Susy Silva, Henrique Silva, Célia Domingues e Lucinda Patrício.

Por parte da Junta de Freguesia, estiveram presentes o Sr. Presidente Jorge Crespo, o Sr. Secretário Jorge Duro e a Sra. Tesoureira Célia Agostinho.

A sessão foi presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, Dr. Pedro Campos.

Havendo quórum, o Sr. Presidente de Mesa declarou aberta a sessão, eram vinte e uma horas e trinta minutos com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Antes da Ordem do Dia

Apreciação e discussão de assuntos gerais de interesse da freguesia.

Ponto 2 – Período da Ordem do Dia

Ponto 2.1 – Relatórios Financeiro e de Actividades da Junta de Freguesia. Apresentação e apreciação.

Ponto 2.2 – Norma de Controlo Interno. Apresentação, Discussão e Votação.

Ponto 2.3 – Regulamento de Apoio ao Associativismo. Apresentação, discussão e votação.

Ponto 2.4 – Regulamento dos Cemitérios. Apresentação, discussão e votação.

Ponto 2.5 – Documentos de prestação de contas da Junta de Freguesia relativos a 2018. Apresentação, discussão e votação.

Ponto 2.6 – 1ª revisão ao Orçamento e PPI 2019 por integração do saldo de gerência de 2018. Apresentação, discussão e votação.



De seguida, o Sr. Presidente da mesa colocou à votação a Acta número seis de 27 de Dezembro de 2018, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Ponto 1: Antes da Ordem do Dia. Apreciação e discussão de assuntos gerais de interesse da freguesia.

O Presidente da Assembleia deu por aberta o período antes da ordem do dia, questionando se algum deputado se queria inscrever.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Abel Vieira para comentar que viu, na comunicação social local, notícias sobre a inauguração do espaço cidadão. Questionou sobre a situação na Bidoeira, nomeadamente o horário de funcionamento e sugeriu a colocação de um edital nos locais habituais a mencionar a existência desse espaço e o modo de funcionamento do mesmo. Outra questão, já menos agradável, foi a situação do Centro Escolar que estava a ser discutido internamente entre deputados da Assembleia de Freguesia e que, à posteriori, foi ter ao conhecimento de entidades superiores, alcançando desta forma resultados e visibilidade menos desejados. Continuou, relativamente ao contentor de monos instalado nas traseiras do cemitério de Bidoeira de Baixo e Carriço, que na sua opinião é uma situação lamentável e dado que já se começam a saber quem são alguns dos prevaricadores, questiona qual a atitude a tomar. De seguida, comentou o facto da entrada no Carriço, vindo do IC2, estar vergonhosa, pelo que sugere que seja efectuada uma exposição conjunta entre o Presidente da Junta de Colmeias e o da nossa freguesia, pois apesar de ser em território da Freguesia de Colmeias, quem fica mais prejudicado são os habitantes de Bidoeira de Baixo, Carriço e Casal da Quinta que utilizam essa estrada municipal. Por fim, aproveitou para congratular a nossa freguesia, na pessoa do seu presidente, pela moção que foi aprovada na Assembleia Municipal relativamente à situação da poluição das suiniculturas, que foi uma posição tomada por todas as freguesias, dando os parabéns por tal iniciativa.

Tomou a palavra o Presidente da Junta afirmando que o Espaço do Cidadão vai ser uma mais-valia pelo tipo de serviços que vai prestar em diversas áreas, nomeadamente registo civil, finanças e instituto do emprego. Referiu que no passado mês de Março aconteceu a cerimónia protocolar de abertura de alguns Espaços do Cidadão do nosso concelho, onde esteve presente o Secretário de Estado da tutela e o Presidente da Câmara, sendo que o nosso foi um dos espaços visitados. Deu conta que os serviços ainda não estão a funcionar por ter sido entendimento do executivo da Junta de Freguesia que o espaço só seria aberto ao público após a conclusão das obras de beneficiação do edifício sede da Junta. Garantiu que o dia da sua abertura será publicitado, bem como o tipo de serviços que irão ser prestados e o respectivo horário, sendo que numa primeira fase funcionará num período parcial de duas tardes, ou uma manhã e uma tarde e, conforme o nível de utilização, será avaliada a necessidade de alargar o horário de funcionamento. Relativamente ao Centro Escolar referiu nada ter



a mencionar, dado considerar que o pior já passou e que é necessária alguma paz. Quanto ao contentor de monos, referiu ser uma preocupação dado que não está a correr conforme as expectativas criadas pela melhoria das condições desse espaço, já que, embora circunscrevendo o problema a um espaço menos visível e menos problemático para quem vista o cemitério, ainda assim é uma situação bastante desagradável para todos nós bidoeirenses e para a Junta de Freguesia em particular. Relativamente a estrada à entrada do Carriço, embora pertencente efectivamente à Freguesia de Colmeias, considerou de todo aceitável a sugestão do Deputado Abel Vieira em falar com o Executivo da Junta de Colmeias no sentido de fazer uma exposição conjunta para as Infraestruturas de Portugal, até porque sendo do conhecimento geral que existe um projecto para requalificação do IC2 no troço Leiria-Barracão, será a altura ideal para dar conhecimento desta situação que afecta, na sua grande maioria, a população da Bidoeira de Baixo e Carriço. Por fim, relativamente às suiniculturas, confirmou que foi aprovada por unanimidade uma moção subscrita por quase todas as freguesias do Concelho de Leiria, se bem que o problema não seja de todas as freguesias. Referiu que a moção foi elaborada pelas Freguesias de Bidoeira, Colmeias, Milagres e Boa Vista e que, após reunião com todas as freguesias do concelho que mostraram interesse, foi elaborado um texto consensual para ser apresentado como moção, que teve uma boa aceitação por todos os Deputados da Assembleia Municipal e foi aprovado por unanimidade. De salientar, referiu ainda, que essa moção é consequência de uma primeira acção desse grupo de freguesias, através de uma carta dirigida ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, onde foi manifestado o desejo que a Câmara Municipal assuma, de forma mais clara, a defesa da população em termos ambientais, embora defendendo o sector da suinicultura, pois estamos numa freguesia em que a suinicultura tem um elevado peso económico e é importante referir que ninguém pretende colocar em causa a atividade suinícola.

O Sr. Presidente da Mesa tomou a palavra e sugeriu que o Sr. Presidente da Junta pressionasse a Câmara Municipal de Leiria no sentido de agilizar tudo o que diz respeito ao licenciamento industrial da nossa freguesia, porque a Câmara Municipal tem demorado, de forma inqualificável, os procedimentos de licenciamento, pondo em causa o futuro económico e industrial da nossa freguesia.

Não havendo mais questões para o período antes da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia passou ao ponto dois no Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1: Relatórios Financeiro e de Actividades da Junta de Freguesia.

Apresentação e apreciação.

O Sr. Presidente da Assembleia pediu ao Presidente Jorge Crespo para fazer um breve resumo e explicar de forma sucinta os relatórios em análise.



O Presidente da Junta referiu que o relatório financeiro expressa de forma clara a realidade financeira da junta. Já quanto ao relatório de actividades, referiu que foi um período de intensa atividade do executivo da junta, nomeadamente uma preocupação clara na defesa das florestas contra incêndios, especialmente pela tipologia de terrenos que rodeiam a nossa freguesia. Referiu, neste âmbito, a troca da viatura para o kit de primeira intervenção contra incêndios, de forma a dotar a equipa que vai estar de prevenção, na altura mais crítica de incêndios, com equipamento mais adequado, mais seguro e mais célere para poder efectuar o seu trabalho. Referiu ainda as várias reuniões com a protecção civil e bombeiros no sentido de verificar no terreno quais os locais de socorro em caso de catástrofe e a forma de agir em casos extremos, nomeadamente no socorro a pessoas doentes ou com mobilidade reduzida. Ainda em termos de realizações, referiu que o Parque de Lazer da Sapateira foi um dos espaços que mereceu também atenção e teve obras de vulto. Deu nota ainda do processo para alargamento do cemitério, desde a elaboração do projecto até ao processo de concurso. Por fim, referiu estar totalmente disponível para responder a qualquer questão relativamente ao relatório financeiro ou de actividades.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Abel Vieira, relativamente a projecto de ampliação do Cemitério de Bidoeira de Cima, que tendo sido público o convite às empresas de construção civil da freguesia para consulta a caderno de encargos e entrega de orçamento, questiona se houve candidatos.

O Presidente da Junta confirmou a publicação de convite a todas as empresas de construção civil da freguesia para concorrer e referiu que duas empresas manifestaram interesse para concorrer, mas que apenas uma delas entendeu de facto avançar, de modo que, de acordo com as regras de concurso por consulta prévia, que exige a consulta de pelo menos três empresas, foram convidadas mais três empresas de fora da freguesia. O concurso está a seguir os trâmites legais e as propostas deverão ser apresentadas até aos primeiros dias de Maio, para que dia 14 de Maio possa ocorrer a abertura das propostas e a entrega da obra.

Não havendo mais pedidos de esclarecimento para o ponto 2.1 da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Pedro Campos passou ao ponto 2.2:

Ponto 2.2: Norma de Controlo Interno. Apresentação, Discussão e Votação.

O Presidente da Assembleia informou que a Norma de Controlo Interno, se destina a regular os procedimentos do executivo da Junta, é obrigatório e é uma forma de ordenar o seu funcionamento interno.



Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta para informar que esta norma é obrigatória, é de lei e que, tal como os pontos seguintes da ordem de trabalhos, resulta de uma intenção clara de adequar procedimentos segundo a legislação em vigor. Afirmou ainda que, face ao reduzido tempo para análise dos documentos em questão, o executivo da Junta não se opõe a que estes pontos da ordem de trabalhos sejam tratados numa próxima assembleia.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Henrique Silva, para afirmar que não tem nada a opôr, mas que o seu grupo se vai abster na votação. Questionou, contudo, quanto ao regulamento de apoio ao associativismo, se escuteiros e comissões de festas se enquadram neste tipo de associações.

Retomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia no sentido de se tratar cada ponto da ordem de trabalhos na altura devida.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Abel Vieira, afirmando que fez uma leitura do documento “na diagonal” e que a mesma lhe pareceu bem. No entanto pareceu-lhe uma norma que versa muito na realidade de hoje e que, em caso de possíveis alterações, o documento terá de vir novamente à Assembleia, como é o caso do artigo 19º, que refere o horário de funcionamento da Junta de Freguesia que, na sua opinião, limita um pouco a possibilidade de casos excepcionais, pelo que na sua opinião o mesmo não deveria fixar o horário, mas mencionar que o horário de funcionamento está publicitado e afixado. Referiu também que não deveria mencionar “a funcionária da Junta”, mas sim “serviços da Junta”.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Dr. Pedro Campos, para referir que, por lei, é obrigatório estar mencionado o horário de funcionamento e também se poderia criar uma norma mais ampla que abrangesse uma variedade de situações, pois são normas que, tal como a lei, estão em constante alteração.

Tomou a palavra o Presidente da Junta, para afirmar que concorda plenamente com o Deputado Abel Vieira, mas conforme o Dr. Pedro Campos mencionou é de lei estar fixado o horário de funcionamento. Referiu também concordar que deveria ter uma redacção mais abrangente, que desse solução para outros tipos de excepções não abrangidas neste documento.

O Presidente da Assembleia, não havendo mais questões, passou à votação do ponto da ordem de trabalhos em análise, tendo o mesmo sido aprovado com cinco votos favoráveis dos deputados do Partido Socialista e com três abstenções dos deputados do PSD.



O Sr. Presidente da Assembleia Pedro Campos passou ao ponto 2.3:

Ponto 2.3: Regulamento de Apoio ao Associativismo. Apresentação, discussão e votação.

O Presidente da Assembleia pediu ao Presidente da Junta de Freguesia para apresentar, de forma sucinta, o ponto 2.3 da ordem de trabalhos.

O Presidente da Junta afirmou que o objectivo deste ponto da ordem de trabalhos é dotar a freguesia de um instrumento que permita um critério de atribuição uniforme e coerente de apoios às associações da freguesia. Continuou, referindo que até à data actual, o método de atribuição de apoios a associações é igual para todas as associações e que a Junta de Freguesia considera que deveria haver um critério mais justo, que premeie a actividade das associações e a sua dinâmica. Referiu que, caso os senhores deputados assim o entendam, este regulamento poderá ser melhor avaliado e votado na próxima assembleia.

Pediu a palavra o Sr. Deputada Henrique Silva, afirmando que na sua opinião o documento deveria ser aprovado nesta assembleia, no sentido de dar continuidade ao financiamento das associações, mas que a sua bancada se irá abster, ponderando a hipótese de uma futura rectificação do referido documento.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Abel Vieira, para afirmar que na sua opinião os critérios de atribuição de apoios deveriam estar claramente estabelecidos, bem como ter formulário próprio e métodos de candidatura bem definidos. Considerou ainda ser incoerente o facto do Deputado Henrique Silva mencionar que o documento deve ser aprovado, mas que a sua bancada se abstém.

Pediu também a palavra a Sra. Deputada Célia Domingues, para referir que a sua bancada faz, em conjunto, uma análise cuidadosa dos documentos, tendo decidido pela abstenção na votação por considerarem que os documentos têm um fundo de legalidade, pelo que não faz qualquer sentido dizer que estão em desacordo, pois ninguém melhor que o executivo da Junta para conhecer a própria freguesia. Afirmou não se encontrarem em posição para votar favoravelmente, mas que, pela constante mudança da legislação ou pelas próprias necessidades da freguesia, estarão sempre disponíveis para discutir qualquer alteração aos documentos.

O Presidente da Assembleia passou à votação para aprovação do presente Regulamento de Apoio ao Associativismo, sendo o mesmo aprovado com cinco votos favoráveis dos deputados do Partido Socialista e três abstenções dos deputados do PSD.



O Sr. Presidente da Assembleia Pedro Campos passou ao ponto 2.4:

Ponto 2.4: Regulamento dos Cemitérios. Apresentação, discussão e votação.

O Sr. Presidente da Assembleia tomou a palavra, considerando que este regulamento é normalíssimo e que determina a forma como se processa o funcionamento dos cemitérios da freguesia. Pediu ao Presidente de Junta para apresentar, sucintamente, este ponto da ordem de trabalhos.

O Presidente da Junta referiu que, pelo que tem conhecimento, o Regulamento dos Cemitérios foi dos únicos regulamentos aprovados em mandatos anteriores, ainda que muito simples e com apenas uma página. Referiu que o documento, agora apresentado à Assembleia de Freguesia, pretende ser abrangente e adequado à realidade da freguesia. Deu nota ainda que este regulamento vai, forçosamente, ter que ser objecto de revisão, pois com as obras de ampliação do cemitério haverá um novo espaço para cinzas de cremação que obrigará à definição das respectivas condições de inumação.

Não havendo questões, o Presidente da Assembleia passou à votação do presente Regulamento dos Cemitérios, tendo sido aprovado com cinco votos favoráveis dos deputados do Partido Socialista e três abstenções dos deputados do PSD.

O Sr. Presidente da Assembleia, de imediato, passou ao ponto 2.5:

Ponto 2.5: Documentos de prestação de contas da Junta de Freguesia relativos a 2018. Apresentação, discussão e votação.

O Sr. Presidente da Assembleia pediu ao Presidente da Junta para fazer um breve resumo e explicação.

Tomou a palavra o Presidente da Junta, para explicar que conforme documentação que foi enviada, as contas referentes ao exercício de 2018 são claras, refletindo um total de receitas de 185.730,48€ e um total de despesas de 165.224,08€ e, tendo em conta o saldo transitado do ano anterior, transitou para o ano em curso um saldo positivo 22.300,64€. Referiu ainda os valores da execução orçamental, do lado da receita de 110.67% e do lado da despesa de 99.70%, o que considerou absolutamente incomum. Deu nota ainda que o saldo que transitou, bastante superior aos restantes anos, decorre da verba recebida no final do ano 2018, destinada às obras de beneficiação do edifício sede da Junta de Freguesia que, pelo facto de ainda não terem sido concluídas, transitou para o ano em curso.



O Presidente da Assembleia questionou se alguém pretendia pronunciar-se e, por não haver inscrições, passou à votação dos presentes Documentos de Prestação de Contas que foram aprovados com cinco votos favoráveis dos deputados do Partido Socialista e três abstenções dos deputados do PSD.

O Sr. Presidente da Assembleia passou, se seguida, ao ponto 2.6:

Ponto 2.6 – 1ª revisão ao Orçamento e PPI 2019 por integração do saldo de gerência de 2018. Apresentação, discussão e votação.

O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Presidente da Junta para apresentação do ponto.

O Presidente da Junta referiu que também decorre da lei que todos os anos, na Assembleia de Abril, se deve fazer este ponto na Ordem de Trabalhos para colocar o excedente orçamental do ano anterior no orçamento do ano corrente. Esse saldo, referiu, é de 21.740.17€, correspondente ao valor do saldo transitado (22.300,64€) a que se subtrai 560,47€ referente a Operações de Tesouraria referente a pagamento de IRS. Informou ainda que este valor será integrado, na íntegra, na rubrica de despesa, Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares e que dará origem a uma alteração no PPI para 2019 por integração nessa mesma rubrica.

Não havendo pedidos de esclarecimentos, o Presidente da Assembleia passou à votação do ponto, tendo o mesmo sido aprovado com cinco votos favoráveis dos deputados do Partido Socialista e três abstenções dos deputados do PSD.

Posto isto, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a ordem de trabalhos, questionando a população presente na sala se alguém pretendia fazer alguma intervenção.

Pediu a palavra a Sra. Cláudia Lisboa no sentido de afirmar que, após alguma pesquisa, considerava ser uma lacuna o facto de não haver um regulamento que regule o apoio às associações, no sentido de haver um critério comum na atribuição de apoios. Afirmou ter ficado bastante agradada pela aprovação do Regulamento de Apoio ao Associativismo e que irá analisar o seu teor mas que, com certeza, será um regulamento mais justo para todos.

Tomou a palavra o Presidente da Junta, agradecendo a presença do público e solicitando a presença de mais pessoas da freguesia interessadas nos assuntos a serem tratados. Garantiu que gostaria de ser confrontado, mais vezes, com as falhas ou novas



questões, pois tal significaria que ainda existe quem se preocupe com a freguesia. Referiu que os regulamentos aprovados serão publicados na página da freguesia para consulta de toda a população e também para possíveis sugestões de alterações de qualquer habitante da freguesia.

Por fim, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão eram vinte e duas horas e trinta minutos e sendo esta acta elaborada de acordo com os presentes e assinada pelo Sr. Presidente e pelos Srs. Secretários da Assembleia de Freguesia.

Presidente:

1º Secretário:

2º Secretário: